

Identidade negra e sujeito proletário

Ao contrário do que diz a maior parte dos intelectuais e historiadores, os negros cumpriram um papel fundamental nos primeiros destacamentos da classe operária urbana na segunda metade do século XX, a qual deu importantes demonstrações de luta contra a escravidão e o racismo – incluindo experiências abolicionistas –, deixando assentados embriões de experiências de unidades das fileiras operárias e de hegemonia proletária que demonstram as tendências espontâneas que fizeram parte da própria natureza da classe trabalhadora brasileira, negra, branca e mestiça.

Zumbi, Palmares e o conjunto da luta dos negros ao longo de mais de três séculos de colonialismo devem deixar de ser vistos apenas e sobretudo como ícones da luta negra para serem também entendidos como parte fundante e fundamental da história da luta das classes exploradas do nosso país, ancestral não apenas da luta dos negros pela sua libertação, mas de todos os modernos proletários brasileiros de todas as raças, em nossa luta pelo fim da exploração e opressão.

No mesmo sentido, visto por outro ângulo: a luta dos negros é revolucionária desde muito antes de poder ser comunista. No caso dos

quilombos, expressou uma forma de organização social muito superior ao seu paralelo contemporâneo, o latifúndio monocultor para exportação baseado no trabalho escravo. No caso das lutas de libertação que cruzaram o período de transição entre a colônia e o Brasil capitalista semicolonial do século vinte (isto é, aproximadamente os 150 anos compreendidos entre 1750 e 1900), a resistência negra marcou a possibilidade de que a dita transição tivesse assumido uma forma revolucionária que garantiria, se não imediatamente o início da transição socialista, ao menos a derrubada das principais barreiras que continuaram a tolher o desenvolvimento mais amplo, autônomo e progressista possível dentro das condições existentes na ordem internacional da época. E, depois, fundindo-se o conteúdo libertador de sua luta secular com as novas potencialidades abertas pela dupla transição da economia nacional para o capitalismo moderno e da economia mundial para a época imperialista, fundindo-se aquela tradição revolucionária proveniente do período colonial e imperial com a potencialidade comunista, a luta negra trouxe consigo a possibilidade de estabelecer um novo marco na batalha mundial do proletariado para instaurar o novo mundo.

Quando os trabalhadores imigrantes europeus faziam suas primeiras greves salariais e por melhores condições de trabalho, quando viviam seus primeiros enfrentamentos de classe contra os patrões por uma melhor repartição da *mais-valia*, há décadas (ou séculos) os negros já pautavam a luta de classes no país formando os quilombos, protagonizando levantes locais e colocando de pé as primeiras greves e os primeiros sindicatos (junto a trabalhadores brancos). Enquanto o capitalismo se desenvolvia, e com ele os primeiros passos do movimento operário organizado entre distintas categorias, o Brasil estava permanentemente atravessado por guerras camponesas em determinadas regiões que abriam verdadeiras crises nacionais, com a resistência heroica das massas negras e mestiças levantadas em armas, que chegaram a derrotar

mais de uma vez as expedições militares enviadas pelo governo central até que fossem finalmente debeladas. A Guerra de Canudos de 1896-97 e a Guerra do Contestado de 1912-16 são enormes exemplos de lutas camponesas protagonizadas por ex-escravos, mestiços e imigrantes pobres contra a tirania dos coronéis aliados à chamada “república”.

Mas a presença da luta negra não era só rural, onde a maioria esmagadora da população era negra. Era também urbana, apesar de, em algumas cidades (como São Paulo), a imigração europeia ter dado lugar a uma proporção menor de negros¹. Para além das primeiras greves operárias e dos primeiros sindicatos protagonizados por negros no Rio de Janeiro e em Salvador, outros grandes exemplos de como a questão negra estava presente na vida urbana da época são a Revolta da Vacina, em 1904, quando a população pobre da capital se levantou contra a política de “higienização” da cidade; e também a Revolta da Chibata, em 1910, onde os marinheiros de baixa patente, em sua quase totalidade negros, se rebelaram contra as punições da oficialidade branca.

Os negros fugidos ou “libertos” constituem as massas de primeiros camponeses pobres sem-terra do país, assim como também constituem parte importante dos primeiros contingentes de operários. Ao mesmo tempo em que os quilombos devem ser encarados como as primeiras ocupações de sem-terra da história, como parte da tradição heroica de revolta dos explorados e oprimidos que deve ser erguida não só pela classe operária negra, mas também branca; os primeiros exemplos de luta protagonizados pelos operários negros e brancos em defesa dos setores mais explorados e oprimidos da sociedade devem ser apropriados e tomados como referência. Os negros sem-terra,

¹ Segundo as estatísticas oficiais, que em geral são influenciadas pelo racismo e por isso subestimam o peso dos negros na sociedade, em 1872 a soma de negros e pardos equivalia a 58% da população nacional. Na capital de São Paulo, onde se concentrou a maior parte dos imigrantes europeus, estima-se que em 1893 a soma de negros e pardos equivalia a algo em torno de 11% da população local.

obrigados a submeterem-se à continuidade de um regime de semiescravidão ou semiservidão no campo, constituem a principal força social que vai dar uma dimensão de massas à luta pela reforma agrária, à qual se agregará também setores de imigrantes pobres. Os negros urbanos – que vão compor a maior parte dos que nas cidades ocupam as moradias² e empregos mais precários – serão os protagonistas, juntamente com os imigrantes europeus mais pobres, das principais rebeliões urbanas que marcaram a história do país.

A combinação entre os quilombos, as revoltas urbanas e rurais, assim como as experiências sindicais e abolicionistas nas primeiras décadas do movimento operário brasileiro expressam as tendências espontâneas à ligação entre a luta contra o racismo, a luta pela unidade das fileiras operárias e luta pela hegemonia proletária sobre os setores mais explorados e oprimidos da população no campo e na cidade. A unificação dos distintos segmentos de trabalhadores em torno aos seus objetivos comuns de luta contra a exploração, assim como a hegemonia da classe operária sobre os demais contingentes subalternos da sociedade sempre foi e segue sendo fundamental para que o movimento operário possa emergir como sujeito político inde-

² O surgimento da palavra “favela” com o significado que conhecemos hoje expressa essa profunda relação. Em fins do século XIX, esse foi o nome dado aos morros do Rio de Janeiro nos quais foram viver em condições precárias e irregulares – junto aos negros e imigrantes desabrigados, expulsos dos cortiços – os soldados que haviam participado das expedições da “Guerra de Canudos” (1896/97), uma revolta de camponeses pobres que lutavam por terra no interior da Bahia, que ficou conhecida por ter resistido a três expedições do Exército, sendo derrotada apenas na quarta expedição, depois de um ano de batalhas. Após o fim da guerra, os soldados que dela participaram ficaram sem receber seus salários e nem tampouco as promessas de moradia do governo. “Favela” era o nome dado a um morro ao sul de Canudos, pelas plantas que ali brotavam, típicas da caatinga, extremamente resistentes à seca. A partir deste episódio, os morros recém-habitados ficaram conhecidos como favelas, em referência à “favela original” (o atual morro da Providência). Em 1948, foi realizado o primeiro Censo nas favelas cariocas. Neste contexto, a Prefeitura do Rio de Janeiro, num documento oficial, afirma: “Os pretos e pardos prevaleciam nas favelas por serem hereditariamente atrasados, desprovidos de ambição e mal ajustados às exigências sociais modernas”. Alba Zaluar e Marcos Alvito (org.). Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

pendente da burguesia para dar uma saída de fundo aos problemas mais sentidos do país ligado aos seus irmãos de classe em todos os países do mundo. As massas negras, tanto urbanas como rurais, tanto proletárias como sem-terra, eram fundamentais para desenvolver essas tendências, tanto pelo papel que poderiam cumprir na unificação das fileiras operárias divididas pela burguesia como no modo como poderiam facilitar a hegemonia da classe operária sobre as massas pobres do campo. Se essas tendências não se desenvolveram não foi por qualquer problema “ontológico” da classe trabalhadora brasileira, como fazem parecer muitos intelectuais de esquerda, e sim porque a estratégia sindicalista e de conciliação de classes das direções que passaram a predominar no movimento operário se constituíram como um obstáculo para tanto.

Na convulsiva década de 1930, em que os ex-escravos do campo e da cidade, assim como seus descendentes diretos, contavam com inteiras gerações que vivenciaram a escravidão como história própria e/ou familiar, a questão negra emergiu como um problema central, assim como, posteriormente, em todos os ascensos proletários e camponeses vivenciados no Brasil. Uma visão abrangente da história brasileira mostra de maneira irrefutável que cada novo ascenso proletário traz à tona novamente, “com a força de uma lei natural”, as contradições e irresoluções do desenvolvimento da questão negra na formação social brasileira (tal como também revela a questão da terra e da moradia urbana). Essa é a explicação principal para o pânico que acomete a burguesia quando se fala da ligação inextricável entre a perspectiva de um novo ciclo ascendente da luta de classes (que virá, sim, cedo ou tarde) e a reposição, em novos marcos, da mais antiga das “questões sociais” brasileiras, a questão dos negros.

As relações mútuas entre a questão negra e a questão operária no Brasil estão longe de ser lineares ou estanques, e estão longe de serem determinadas de uma vez e para sempre pela correta análise das fa-

ses “germinativas” de uma formação social que – em muitos aspectos – começou a degenerar antes de alcançar qualquer sentido de plenitude. Ao contrário, é preciso partir da realidade que mostra como a relação entre os negros e proletariado no Brasil não é uma relação de identidade simples reducionista, já que nem todos os negros são proletários e nem todos os proletários são negros. E tampouco é uma mera relação de externalidade em que de um lado estaria um proletariado composto por uma miríade de linhagens e povos sem peso preponderante dos negros africanos em sua origem e, de outro lado, estariam os negros como reduzidos à condição de “párias sociais”. Diferentemente dessas duas interpretações igualmente equivocadas, uma interpretação marxista deve enxergar a dialética que existe entre o papel central que os negros cumprem na tanto na formação do proletariado e como do campesinato pobre no Brasil, constituindo parte essencial dos setores mais postergados de ambas as classes no campo e na cidade.

Nesse sentido, para se constituir como sujeito político independente da burguesia, a classe trabalhadora deve aprender a reconhecer e afirmar a identidade negra que carrega em sua história e em sua composição social no sentido de não só reconhecer a luta negra desde a escravidão como parte de sua própria tradição de luta, mas também compreender, dentro de um programa e uma estratégia revolucionária, a importância que a questão negra cumpre na luta pela unidade das fileiras operárias e pela hegemonia proletária sobre as demais classes sociais oprimidas pela sociedade.

Essa afirmação da identidade negra que existe dentro do proletariado deve se dar em luta político-ideológica contra as distintas expressões de culturalismos pós-modernos que utilizam o conceito de identidade racial para diluir a centralidade da classe trabalhadora para uma perspectiva científica de transformação revolucionária da sociedade. Essa diluição se mostra, por exemplo, quando diversas alas do movimento veem maior proximidade sua com Obama que com um

proletário branco brasileiro, ou negam a relação de solidariedade com um revolucionário branco apesar de aceitá-la com um policial negro. Milhões de negros não se reconhecem como tal. Outros milhões, mesmo se reconhecendo negros, vivem sistematicamente, tal como os que se negam a ver como negros, uma opressão e uma tortura imposta para negar sua identidade racial, desde o cabelo à história de seus antepassados que não foram só sequestrados (“sujeitados pela história”), mas foram também sujeitos da história: ergueram-se, formaram quilombos, lutaram. A afirmação de uma identidade negra, mesmo em um sentido culturalista, pode cumprir um papel progressista ao desmascarar o racismo passado e presente. Mas a afirmação de uma identidade em si (no sentido pós-moderno que nega as diferenciações de classe) não leva ao combate consequente contra o racismo, não leva à unidade das fileiras proletárias contra o racismo, que os brancos também precisam travar para derrotar o inimigo comum e para se desvencilhar das ideias da elite branca. A afirmação cultural de uma identidade negra não pode ser um instrumento de divisão das fileiras proletárias. A afirmação de uma identidade negra como fim em si mesmo descolado de uma estratégia baseada na luta de classes para que esta possa se desenvolver em toda sua potencialidade será sempre um beco sem saída que levará à conciliação de classes e consequentemente a derrotas e desmoralizações, como demonstram os vários movimentos culturalistas reformistas que se transformam em instituições clientelares através de ONGs com mil laços com os governos capitalistas e abandonam as demandas mais sentidas pelas massas negras que compõem a maioria explorada e oprimida do país.

Toda luta pelo resgate da identidade cultural, social e histórica dos negros, para que possa se desenvolver plenamente, deve se dar através da aliança entre a classe trabalhadora negra e branca e em completa independência política frente às classes dominantes e ao Estado burguês. Nosso fim é erguer uma sociedade comunista que parta do mais profundo reconhecimento das bases históricas, sociais, e culturais de todos os povos, para erguer uma nova humanidade.